

ARTIGO

GESTÃO HÍDRICA, PONTES, IMPRENSA E DITADURA: O CASO DO JORNAL BOA VISTA E A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM RORAIMA

Resumo

O texto apresenta o Jornal Boa Vista e seu modo de abordar determinadas notícias para refletir sobre o impacto dessa abordagem na constituição de uma memória sobre o período da ditadura civil-militar brasileira em Roraima. O conteúdo de algumas matérias publicadas pelo jornal em meados dos anos de 1970, cotejados com outros documentos, são analisados sob a ótica dos estudos históricos que tratam da propaganda política da ditadura, em especial os realizados pelo historiador Carlos Fico. Os resultados dessa análise apontam para a relevância do Jornal e suas matérias como instrumentos na composição de uma comunidade de sentido que trata e reforça a memória do período estudado de forma positiva.

Palavras-Chave:

Jornal Boa Vista; Memória; Ditadura.

Abstract

The paper presents the Journal Boa Vista and the way to approach certain news to reflect on the impact of this approach in the constitution of a memory of the period of the Brazilian civil - military dictatorship in Roraima. The content of some articles published by the newspaper in mid -1970 , collated with other documents , are analyzed from the perspective of historical studies dealing with the political propaganda of the dictatorship, in particular those held by the historian Carlos Fico . The results of this analysis show the impact of the Journal and its materials as instruments in the composition of a sense of community that comes and strengthens the memory of positively study period.

Keywords:

Journal Boa Vista; Memory; Dictatorship.

* Mestre em História Social, é docente do curso de Artes Visuais da UFRR. E-mail: elisangela.martins@ufr.br

Entre os temas mais discutidos sobre o período da ditadura civil-militar brasileira estão o de sua relação com a imprensa, abordando questões que vão desde o apoio que veículos de comunicação deram ao projeto golpista que logrou tirar João Goulart do poder até as questões relativas à censura. Esse trabalho foca nas edições do *Jornal Boa Vista*, um dos principais veículos de comunicação existente em Roraima durante a década de 1970 e tem como objetivo refletir sobre o papel da imprensa local no que diz respeito à constituição de uma determinada memória do período. O conteúdo das notícias do *Jornal* será, por vezes, cotejado com outros documentos, com destaque para o Programa de Ação do Governo para o Território de Roraima, no II Plano Nacional de Desenvolvimento, para os anos de 1975 a 1979. Esse documento, apresentado pelo Governo Territorial ao Ministério do Interior, tinha por objetivo destacar as demandas locais por políticas de integração. Publicado em 1975 e composto por dados provenientes de estudos feitos pela Prefeitura de Boa Vista, pela Associação de Crédito Agrícola de Roraima - ACAR e pelo Serviço de Estatística e Geografia do Território, entre outras instituições, o Programa serve de contraponto às notícias apresentadas pelo *Jornal Boa Vista* para o período de 1973 a 1975 pois, apesar do produtor dos documentos ser o mesmo, ou seja, o governo do Território, enquanto no periódico se pode afirmar que as obras são retratadas para o público, no Programa de Roraima para o II PND, essas mesmas ações aparecem discutidas no restrito âmbito das relações institucionais, mais especificamente no trato com o nível federal ao qual estava subordinado. Assim, se por um lado o *Jornal* se convertia em uma vitrine das ações governamentais, dando destaque àquilo que o governo já realizara ou pretendia realizar, o Programa tinha como objetivo principal destacar (para justificar ou pleitear financiamento) as necessidades não atendidas da população e as metas de integração não atingidas, apesar da realização das obras. Na tensão entre aquilo que afirma o Programa e o que noticia o *Jornal*, é possível identificar de modo mais nítido o alcance e os limites das obras de integração realizadas pelo governo territorial, tanto na capital quanto no interior, permitindo demonstrar, a partir daí, como agia o *JBV* em relação a algumas das obras públicas executadas no período.

Cabe, nesse momento, chamar a atenção para as especificidades de Roraima e do *Jornal Boa Vista*. Sem TV, o Território Federal situado no extremo norte do país mal recebia as ondas de rádio nacionais, devido à interferência das emissoras dos

países vizinhos. O acesso a revistas e jornais de outras praças era precário, ocorrendo de forma esporádica e defasada. Ainda que haja notícia da existência de periódicos ligados a políticos de oposição, sabe-se que, em função dos investimentos necessários para se manter um empreendimento desse tipo, era muito difícil garantir a permanência de um jornal no Território. Shirley Rodrigues (1996) afirma que uma das características dos jornais que circularam em Boa Vista é a de que a maior parte dessas publicações surgia por ocasião das eleições e desaparecia em seguida. Foi nesse contexto que, em setembro de 1973, surge a primeira edição do Jornal Boa Vista.

Assemelhado a um jornal comercial, o Boa Vista circulou em intervalos não regulares, variando entre edições semanais e quinzenais, de setembro de 1973 até o ano de 1979. Com um número médio de oito páginas por edição, (que cresce para doze nos dois últimos anos em que circulou) o jornal possuía espaço para anúncios e era vendido aos leitores por valores que variaram, na década, entre um e três cruzeiros. Além disso, publicaram-se em torno de uma dezena de “Edições Especiais” que geralmente contavam com um maior número de páginas e imagens. Entre essas edições especiais eram mais comuns a retrospectiva do ano anterior ou a cobertura de festividades cívicas, como as datas de 07 e 13 de setembro. Mas o jornal não era puramente comercial e, durante sua história, não teve concorrentes que lhe fizessem frente em termos de circulação e regularidade. Isso se explica pelo fato de que este veículo de comunicação era de propriedade do Território Federal de Roraima. Produzido por funcionários pagos pelo governo e estando sob controle direto do governador, que poderia, inclusive, assumir a sua direção, o JBV, como por vezes se autointitulava, acabou sendo, dada a sua circulação/venda por seis anos e sua presença em todas as repartições públicas, o primeiro periódico com alcance e regularidade consideráveis na cidade de Boa Vista.

Como a primeira retransmissora de TV só surgiria no ano de 1979, quando a ditadura, assim como sua propaganda, já começava a dar claros sinais de desgaste, o Jornal Boa Vista ganha centralidade como fonte para estudo do período que envolve a Ditadura Civil-Militar em Roraima por transcender a função de registro. Em seu bojo podem ser estudadas questões relativas ao discurso, à propaganda, às disputas políticas e tantas outras nuances de interesse para compreender a memória que se projeta, atualmente, sobre a ditadura civil militar que, a partir de 1964, marcou a história do país.

Com o estudo das matérias do jornal, relacionadas ao contexto local e nacional, espera-se contribuir para a discussão sobre os significados da ditadura e de elementos de sua memória nos rincões mais extremos do norte brasileiro.

Nos últimos meses, a questão da gestão da água em centros urbanos tornou-se tema revisitado com interesse pelos meios de comunicação e provavelmente, no futuro, historiadores que empreguem jornais e revistas de notícia como fonte certamente observarão, na segunda década do século XXI e em relação ao maior centro econômico do país, as marcas da grave crise de captação e distribuição hídrica. Tal problemática, que tanto toca no cotidiano das pessoas, também teve destaque, durante a década de 1970, no então Território Federal de Roraima. O *Jornal Boa Vista*, periódico que circulou no Território entre 1973 e 1979, teve muitas páginas tomadas por reportagens que tratavam das obras de captação, tratamento e distribuição de água encanada.

As reportagens sobre o tema da água já aparecem no jornal em 1973, logo após sua entrada em circulação, no mês de setembro. Uma delas, dá grande destaque para a expansão que deveria acontecer na rede de fornecimento de água tratada pela CAER, Companhia de Águas de Roraima (JBV, 27/10/1973, p.9), com tom otimista e a presença de muitos dados técnicos sobre a obra. Em janeiro de 1974, outra reportagem, em tom bastante didático, destacava as declarações do diretor técnico da Companhia de Águas. O engenheiro Rivaldo Neves explicava, na matéria, que “os constantes cortes de abastecimento” que incomodavam os moradores da capital estariam acontecendo de forma prevista pela companhia que, diante da rede antiga de encanamentos da cidade, procedia o fechamento de registros para “evitar desperdício com vazamentos” (JBV, 15/01/ 1974, p. 06).

Se nos dias atuais essa explicação já pareceria oficiosa, em tempos de controle da imprensa pelo governo ela se torna ainda mais suspeita, exigindo uma investigação sobre a situação do saneamento básico nas áreas urbanas de Roraima durante o período. Essa pesquisa, que levantou dados do censo de 1970, demonstrou que apenas 990 dos 3614 dos domicílios do Território possuíam água encanada, sendo a maior parte na capital, Boa Vista. Isso nos permite concluir que a presença das manchetes tratando do tema da água no *Jornal Boa Vista* se dava como reação a uma situação específica que vinha atingindo a população: as dificuldades no abastecimento de água. A versão presente na notícia de que os cortes ocorriam para evitar desperdícios era muito pouco factível, sobretudo se considerado o texto do primeiro PND, que, quatro anos antes das reportagens, já apontava para o crescimento populacional acelerado, a expansão urbana e a conseqüente insuficiência do sistema de distribuição de água em

Boa Vista. No jornal, entretanto, seguiu-se, depois de janeiro de 1974, um silêncio significativo em relação ao tema e a versão da “economia de água” permaneceu para o público por mais oito meses.

Em setembro de 1974, com a manchete “Dinamização do saneamento”, eis que o tema volta a ser abordado. O Jornal anunciava, na capa, “o reforço do abastecimento de água e prosseguimento das obras de esgoto sanitário e drenagem pluvial” (JBV, 22/09/1974, p. Capa). As informações dessa reportagem, que de fato não trazia nada de novo em relação à anterior, foram cotejadas com o que diz o Programa de RR para o II PND. Nesse documento, o governo local informava que, no ano de 1975, um total de 3.175 casas do Território possuía água encanada. Então, confrontando tal dado com os do já citado Censo de 1970, de que havia, quatro anos antes um total de 3614 domicílios em todo o Território, pode-se supor a expansão do sistema. Entretanto, considerando-se o rápido crescimento populacional observado na capital durante o período, é justo presumir que o total de ligações não atendia suficientemente as casas da cidade com água encanada. Conseqüentemente, como era o mês de setembro, quando se inicia o período de seca e de temperaturas mais altas em Roraima, pode-se pensar que o problema do abastecimento teria se agudizado e, desse modo, a manchete tenha surgido mais com a intenção de tranquilizar a população do que pelo interesse em noticiar novos investimentos.

E se fosse apenas para preencher o jornal? Não parece, sobretudo porque o periódico voltaria ao tema mais duas vezes nos meses de outubro e novembro de 1974. Primeiro anunciando que “Esgotos e drenagens” estariam “prontos em dezembro” e depois, numa reportagem de duas páginas, intitulada “Do carro pipa ao parque das águas,” fazia referência à construção de uma estação de captação e tratamento de água. A matéria anunciava que, “em breve” a cidade contaria “com mais um requinte, a água fluoretada” e divulgava fotografias da “moderníssima estação de tratamento” (JBV, 10/11/1974) que à época, a exemplo do que ocorria com as obras do Centro Cívico, também era parte de um roteiro turístico.

É importante ressaltar que as manchetes vendiam como fatos consumados aquilo que estava ainda em fase de projeto. As maiores imagens da estação de tratamento não retratavam a obra em si, mas a maquete do “parque das águas”, num jogo que provavelmente pretendia iludir o leitor menos cuidadoso. Voltando ao tema em janeiro de 1975, uma manchete do Jornal informava em tom alegre: “Cidade hoje já tem hidrômetro”. No corpo da reportagem, entretanto, o que se noticia não é que os instrumentos de medição do consumo de água estejam instalados, mas que se firmara um convênio, entre o governo do Território e a CAER, dotando esta última de

recursos que permitiriam a instalação de “três mil hidrômetros” em Boa Vista (JBV, 26/01/1975, p.12). Reforçando a informação de que a notícia tratava apenas de um projeto, encontra-se no Programa de RR para o II PND o dado de que, das mais de três mil ligações de água encanada que existiam na cidade de Boa Vista, apenas 1000 contavam com hidrômetros instalados.

O que se pode observar cotejando os documentos é que, mesmo diante das evidentes dificuldades para a expansão da rede de distribuição hídrica, o tom das reportagens permanecia sendo o de confiança nas ações do governo, com ausência de críticas ou referências diretas ao problema. A divulgação exaltada das obras públicas, fossem estas realizadas ou apenas previstas, foi a estratégia discursiva empregada para tratar da questão que incomodava à população sem, entretanto, ferir os interesses do governo. Numa leitura a contrapelo, no entanto, pode-se observar que o descontentamento com o abastecimento de água burlou os espaços de exaltação e, ainda que de modo muito sutil, também esteve presente nas matérias do Jornal. É o que se observa no fim da matéria de 22 de setembro de 1974, sobre o reforço da rede de distribuição. Num aparente desabafo do jornalista, as medidas apresentadas são apontadas como necessárias para solucionar, “em termos definitivos”, os “velhos e exasperantes problemas boavistenses” (JBV, 22/09/1974, p. Capa. grifo meu).

Como se viu, segundo o próprio Governo Territorial, menos de um terço dos domicílios atendidos com água encanada pagava pelo consumo. Tal condição provavelmente ampliava a dificuldade de investir na rede de abastecimento, afinal não se captavam recursos locais para continuar a expansão do serviço e zelar por sua qualidade. É bom frisar que no ano de 1974, base dos documentos em questão, o Brasil começava a passar pelas dificuldades econômicas decorrentes da primeira crise do petróleo. Essas dificuldades se traduziram, sobretudo, pela diminuição de recursos que, antes, garantiram o crescimento da bolha econômica chamada comumente de “Milagre Brasileiro”. É evidente que tais informações não foram arroladas em nenhum momento pelo Jornal que, a respeito do tema saneamento básico, permaneceu apenas intercalando momentos de silêncio e exaltação. Como provavelmente as dificuldades com o abastecimento de água persistiram, uma charge publicada em junho de 1975, na coluna “É isso aí”, trouxe novamente o tema para as páginas do Jornal Boa Vista. Com um traço simples e assinada por “Cris”, a charge intitulada “Toda casa deve ter caixa d’água” é composta de dois quadros. No primeiro, às “17:45h”, hora em que o sol começa a dar uma trégua aos boavistenses e em geral a temperatura começa a lentamente a arrefecer, voltando para a marca entre os vinte e sete e vinte e nove graus, um homem que “não tem” caixa d’água se prepara para “aquele

banhozinho”. Meia hora depois, no segundo quadro, às “18:15 h”, o homem é representado frustrado, ensaboadado sob um chuveiro do qual não sai água suficiente.

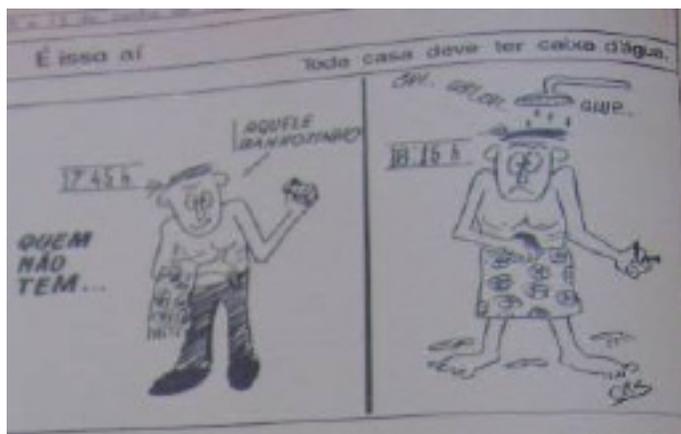


Ilustração 1 – Charge publicada no JBV em janeiro de 1975

A considerar pelo que já foi estudado em contexto nacional, a charge pode ser observada como mais uma peça típica da publicidade dos governos militares, afinal, explícita que a responsabilidade para minimizar os problemas de distribuição de água era de cada cidadão, sugerindo que toda casa deveria ter um depósito de água para evitar os transtornos causados por sua falta. Esse tipo de discurso também foi observado por Carlos Fico no que diz respeito à propaganda governamental da ditadura civil-militar. Segundo o autor, havia na “comunicação social entre governo e povo”, realizada por agências como a AERP e a ARP, uma autoritária “intenção pedagógica”. No interior dessas agências, entretanto, se observou certa resistência à execução de peças publicitárias que remetessem à propaganda política tradicional (FICO, 2003).

Tomando o exemplo da abordagem do problema de distribuição de água pelo Jornal Boa Vista, mesmo que o jornal nunca tenha tratado do tema como um problema, optando por exaltar, divulgar e “ensinar” o que seriam as soluções para a questão hídrica, não se pode afirmar, como já se expôs ao assinalar o desabafo do jornalista sobre o problema, que o jornal não esteve permeável à críticas que por ventura surgissem contra o governo. Pelo contrário. Se por um lado a charge aqui apresentada pode ser considerada, como já se afirmou, como uma peça típica da

publicidade da ditadura, não se deve esquecer, como ensina Carlos Fico (1997), que contra as imposições do poder e de frente para o que inspira temor, muitas vezes o escárnio costuma ser o comportamento de defesa nas diversas camadas e grupos que compõem a sociedade brasileira. Assim, também caberia interpretar a charge citada anteriormente como uma reação de escárnio diante da postura que arbitrariamente ignorava a existência do problema, escancarando-o em uma imagem na qual um homem, ao final do dia, não consegue tomar banho.

Esse exemplo demonstra a grande ambiguidade discursiva presente em parte das publicações do período ditatorial, sobre as quais vigoravam rigoroso controle e censura prévia. Nos grandes centros urbanos brasileiros, empregando a televisão como principal instrumento, os governos militares fizeram circular peças publicitárias que configuraram os anos de 1970 como o momento do “Brasil Grande”, do “País do futuro”, “que vai pra frente” junto com os “setenta milhões em ação”. Sobre essa publicidade, Carlos Fico aponta que se apoiava em ideias-força que, apresentadas de modo difuso, não eram associadas diretamente a um partido ou pessoa, apelando para a construção de um sentimento coletivo. Segundo ele, explorava-se, através dessas campanhas, a reinvenção do otimismo brasileiro, otimismo que se converteu em importante elemento de sustentação dos governos militares (FICO, 1997).

Em Roraima, como se viu, o *Jornal Boa Vista* era mantido pelo próprio governo do Território. Sua leitura permite observar o registro das intensas transformações do espaço de Roraima e de sua capital na década de 1970 e a análise do conteúdo das notícias veiculadas demonstra que não havia preocupação em ocultar o forte tom oficioso das notícias. Diante disso, é possível reafirmar que, em Roraima, na ausência da televisão, o *Jornal* cumpriu com muita eficiência o papel de suporte da ideologia e propaganda do Regime.

Já em suas primeiras edições, nos anos de 1973 e 1974, um tipo especial e muito frequente de reportagem facilitava a veiculação do que Fico identificou como “ideias-força” da propaganda política da ditadura: São as notícias que tratam da construção das estradas, pontes e prédios públicos. A primeira edição do *Boa Vista* já trazia duas manchetes emblemáticas: “A vez das pontes” e “Médici e as estradas”, dando grande destaque aos projetos financiados pelo Programa de Integração Nacional e às realizações do governo Hélio Campos. A capa da segunda edição destacou a expansão da Companhia de Energia de Roraima, CER, e prometia a doação, pelo FUNRURAL, de dois hospitais para o norte do Território, um em Bonfim e outro em Pacaraima. Nas duas edições seguintes, as manchetes “Desenvolvimento e Segurança é o lema do futuro presidente” e “Presidente Médici, liderança legítima”,

mostram que, como se poderia esperar da parte de um jornal produzido pelo governo, a grande sintonia com a política e a propaganda nacional.

As edições posteriores não mudam significativamente e seguem anunciando que “no Proterra” – programa para regularização fundiária e apoio ao trabalhador rural - residiam “as esperanças do homem roraimense” (JBV, 13/10/1973 p.12) ou que “Rademaker” - ministro em visita ao Território - “se impressionara com o progresso de Roraima” (JBV, 20/11/1973, p.02). Produzidas muitas vezes numa linguagem empolada e cansativa, essas reportagens traziam um tipo de exaltação que não se furtava a publicar, na íntegra, discursos como o do Ministro Maurício Rangel Reis, em que se afirmam “condições excepcionais para a conquista do mercado externo” em Roraima (JBV, 29/05/1974, p. 08). No conjunto dessas matérias, o “tom exaltado” a que me refiro se dá, sobretudo, pelo emprego recorrente de palavras como progresso, modernidade e desenvolvimento, plasmando a mensagem com uma positividade que demonstra não apenas o otimismo diante das obras, mas a intenção de fazer com que esse otimismo reverberasse, resultando em apoio às políticas governamentais.

As construções de pontes e estradas são obras que recebem destaque absoluto do jornal e aparecem nas exatas quinze edições de 1973. Com média superior a uma manchete por edição, encontram-se no total 26 notícias tratando diretamente das obras que levariam Roraima “rumo ao progresso”. O destaque que se dá às pontes, em especial, é impressionante, dado o tamanho e a quantidade de imagens presentes nessas matérias. Tal característica não pode ser considerada como casual nem há elementos que levem a crer que visasse apenas reforçar a mensagem escrita. É preciso lembrar que, em Roraima, o analfabetismo chegava a 45% do total da população no ano de 1970 (IBGE, 1981) e, dessa maneira, não é difícil concluir que o enorme espaço dedicado às imagens nas diversas matérias do jornal esteja relacionado com a preocupação de seus mantenedores em tornar suas mensagens acessíveis também ao público não-leitor.

Os repórteres a serviço do governo territorial em Roraima dispensaram atenção cuidadosa no que diz respeito à composição fotográfica. O conjunto de imagens das reportagens sobre as pontes apresenta uma estratégia discursiva que, para além do impacto da obra em si e da facilidade de acesso que ela poderia garantir, não ignorava o alto poder simbólico desse tipo de construção. Com exceção das manchetes, sempre efusivas, os textos das matérias sobre as pontes eram geralmente áridos, sendo relativamente comum a apresentação de detalhes técnicos como as medidas da ponte, quanto de concreto ou ferro seria necessário para sua construção ou ainda a quantidade de “sapatas e tubulões” para sua sustentação. Assim, são exatamente as

fotografias que chamam a atenção para a profusão de matérias sobre pontes, como as que apresentam a construção das pontes sobre os rios Surumu, Mucajá, Itacutu, Amajari e Cotingo entre outros rios.

Um destaque é a reportagem de página inteira “As pontes do grande norte” (JBV, 24/12/1974, p.5). Na contracapa da mesma edição, em chamada para a matéria principal, surgem duas imagens. No corpo da reportagem, destacam-se três imagens maiores, em tomadas aéreas das pontes do Surumu e Amajari, e uma quarta imagem menor, com o detalhe de uma “sapata de concreto” da ponte sobre o Surumu. Somadas, as fotografias chegam a ocupar mais da metade do espaço dedicado à matéria.



Ilustração 2 – Grande quantidade de fotografias nas reportagens sobre construção de pontes em Roraima

Espaço ainda maior receberam as sete imagens presentes na reportagem “Ponte do Cotingo liga anel rodoviário da região norte,” tomando mais de 80% da página (JBV, 20/03/1976, p.12). Esta matéria, ao contrário do que sugerem o título e a maior parte das imagens nela contida, fala da abertura de concorrência pública, pela

prefeitura de Boa Vista, para a construção da ponte referida na manchete. As fotografias presentes na página retratam outras pontes, algumas ainda em construção, como a do rio Urubu, na RR 026 e a do Baixo Surumu, na RR 027. A imagem que recebe maior destaque, situada na parte superior, traz uma ponte não identificada, ainda que o texto, composto de uma única coluna, faça referência direta a ela, afirmando que a ponte do Cotingo, ainda a ser licitada, deveria ser “similar à foto”.

Uma forma impactante de se retratar esse tipo de obra aparece na fotografia do igarapé AuAu. O retrato é feito sobre a ponte, a partir do centro, focando-a do meio para o fim, aproveitando para incluir, no alto da imagem, em perspectiva, a continuidade da estrada. A observação da imagem causa a nítida sensação de que o fim da ponte é o início de um novo caminho no lavrado. Essa estratégia também aparece em algumas fotografias aéreas, que destacam não apenas a ponte, mas também a paisagem para qual ela dá acesso e sua estrutura de fundação, como é o caso da imagem da ponte sobre o rio Amajari, tomada de cima. Ao mostrar o rio de uma margem à outra destacando, ao mesmo tempo, a estrutura de fundação da ponte, se produz um impacto visual importante, uma vez que se amplia a impressão de profundidade do leito sobre o qual a ponte está instalada. O efeito final salienta, desse modo, a importância e grandeza da ponte, incrustada na paisagem natural, onde se destaca a parca vegetação do lavrado. Tal imagem vem acompanhada da legenda “a ponte que vai fazer desaparecer a imagem de solidão”.

Ao contrário do que ocorre com a própria cidade de Boa Vista, bastante retratada a partir de tomadas aéreas desde o início do século XX, as pontes não foram geralmente retratadas de cima. Ao contrário. É nítida a preferência de ângulos sob a ponte, muitas vezes ao nível da água. Assim foram retratadas, no álbum e no JBV, as construções sobre o rio Parimé, Surumu, Cotingo, Amajari, Uraricoera, entre outras. Há duas fotografias da ponte do rio Surumu, por exemplo, ambas tiradas de baixo, no momento de sua inauguração, em que o fotógrafo usou o expediente de contrastar o tamanho da ponte, ao fundo da fotografia, com uma galinha ou uma criança agachada, em primeiro plano, na parte inferior direita da foto. Tiradas para registrar o momento da inauguração das pontes, essa estratégia torna, pelo contraste, a ponte que se retratava bem maior do que efetivamente seria.

Essas composições reforçam uma mensagem simbólica da construção das pontes que, “maravilhas da ação humana”, permitiam o domínio do meio natural e melhoravam o acesso a regiões carentes de desenvolvimento (o lavrado ‘vazio’), ‘modernizando’ o espaço. Dessa maneira, as imagens das pontes, amplamente divulgadas no Jornal Boa Vista, ecoavam/ecoam o discurso militar do período. Ao dar

este destaque para as pontes como obras tão grandiosas, se reforçava a sua caracterização como importantes agentes de integração, responsáveis, entre outras coisas, pelo aumento do número de empregos, a maior circulação de produtos e serviços e o maior acesso da população a outras localidades. É importante frisar que uma das características mais peculiares do *Jornal Boa Vista* está no tempo de suas notícias, onde se destaca o futuro. As obras noticiadas/exaltadas, na verdade, nem sempre estavam prontas e muitas vezes sequer tinham tido início. No caso das pontes, assim como na questão sobre o tratamento da água, foram apresentados como obras prontas ou fatos consumados o que, de fato, eram apenas projeções do governo. Desse modo, as notícias/propagandas apelavam para um discurso que depositava nas noções de desenvolvimento e progresso as esperanças de melhores tempos para a região. Construía-se um novo espaço, num presente que anunciava um futuro grandioso, para que o passado de isolamento fosse definitivamente esquecido.

No entanto, apesar da força e do apelo simbólico dessas notícias, o ímpeto com que o *Jornal* começa falando da construção de pontes e estradas no ano de 1973 não se mantém nos anos seguintes. Em 1974, apenas nove manchetes citam essas obras. Há um decréscimo também no uso do termo “desenvolvimento”, que aparece em quatro manchetes das 15 edições de 1973, e em apenas cinco manchetes das 38 edições do ano de 1974. Os termos “progresso” e “evolução” também surgem menos nas edições de 1974: são duas em contraste com as cinco aparições do ano anterior. No ano de 1974, apenas as manchetes com os termos “inauguração”, “novo, nova ou novidade” e “moderno ou modernidade” superam as publicadas no ano de 1973, ainda assim, apenas em números absolutos, dado o maior número de edições daquele ano.

Esse relativo declínio do emprego de termos que remetem às representações de progresso e desenvolvimento, relacionadas às pontes e estradas, se dá em paralelo a uma aparição maior de notícias dando conta de outras iniciativas governamentais, ações que compunham os “outros projetos de colonização” e que diziam respeito a políticas de saneamento, urbanização, educação, esportes e cultura, cujo impacto seria de mais longo prazo. Desse modo, as construções em sentido literal perdem espaço, crescendo o apelo para as construções sociais.

A abordagem de outros temas, pelo *Jornal*, apresenta características muito semelhantes às que, como pretendi demonstrar, marcam as “notícias” sobre construção das pontes ou ainda sobre o abastecimento de água na cidade de Boa Vista. Os exemplos poderiam compor um rosário, indo desde a cobertura de construções simples como escolas e postos de saúde, passando pela chegada e atuação de instituições

bancárias e de crédito e chegando até a implantação da TV. O estudo das edições do JBV demonstra que, apesar de sutilmente permeável aos problemas enfrentados cotidianamente pela população diante das rápidas transformações pelas quais passavam o Território e sua capital, o jornal, convertido em espaço publicitário para os governos militares locais e voltado para a exaltação e as projeções dos benefícios das “obras da revolução”, promoveu um jogo de ilusão que buscava silenciar e consequentemente negar os problemas que delas poderiam advir. Desse modo, em termos de comunicação local, o Jornal repetia, no Território Federal, o que ocorria nas grandes campanhas publicitárias nacionais, estudadas por Carlos Fico. Nas páginas do Boa Vista os problemas do presente eram tratados como desafios coletivos que, sob a batuta dos militares, estavam sendo vencidos. Desse modo, seriam superadas as ruínas do passado rumo ao progresso e ao futuro.

Não se pode negar que, além de um grande suporte para a propaganda governamental, o Boa Vista foi também um importante espaço de visibilidade para a elite local. Meio eficaz de ver e ser visto, o jornal publicava as mais diversas informações sobre os chamados “filhos da terra”. Ao lado das notícias sobre as obras governamentais, outras, não apenas na coluna social, garantiram espaço suficiente para prestar homenagens escritas, publicar imagens e registrar fatos envolvendo jovens que passavam nos vestibulares, senhoras que bem recebiam autoridades em suas casas ou a presença de alguma celebridade esportiva ou artística. O Jornal garantiu, ainda, em seus seis anos de existência, a ampla cobertura dos torneios esportivos, concursos de misses, rainhas e princesas, bem como dos bailes e desfiles que contavam com a participação da “mais fina flor da mocidade roraimense”. Ressalte-se ainda que muitos dos que trabalharam no JBV se tornaram, posteriormente, “papas” do jornalismo em Roraima, como Laucides de Oliveira, a quem os jornalistas locais chamam de Mestre Lau, e o radialista Carlos Alberto Alves, que à época atuou como repórter esportivo.

Empregando, como se viu, um discurso que destaca o contraste entre “Roraima de ontem e de hoje” e, sob esse contraste, a ideia de que, com integração de Roraima ao território nacional, um novo tempo se iniciava, com prosperidade e bem estar para aqueles que ali habitavam, a publicidade do Regime, travestida de notícia através do Jornal Boa Vista, gerou consensos que uniram governantes a importantes parcelas da sociedade local, apoiando-se, assim como no restante do Brasil, em estratégias discursivas que apelavam para “material histórico preexistente” fundados “em mitos e estereótipos clássicos” (FICO, 1997, p.146), entre os quais podem ser citadas as ideias de vazio amazônico, do domínio humano sobre o meio natural como forma

de garantir progresso e desenvolvimento e desses dois últimos como consequências diretas, imediatas e desejadas da “integração”.

O apelo a elementos anteriormente arraigados no imaginário da região permite crer que as notícias do JBV reverberavam de modo significativo entre parte da população, inclusive daquela recém chegada doutras áreas, parte integrante e ativa desse mesmo processo integracionista através das levas migratórias. Acrescente-se a esse fator simbólico, o fato de que, em Roraima, a ideia da “construção de um novo tempo” teve um suporte material impactante, traduzido pela grande quantidade de obras públicas que promoveram verdadeira transformação do espaço do Território e de sua capital, Boa Vista. Por isso, pode-se arriscar que os esforços do JBV para criar uma comunidade de sentido (tratando positivamente o período relativo à ditadura civil-militar) tenham sido mais eficazes entre os roraimenses do que em outros lugares do país, que não contaram com o mesmo suporte material para as ideias veiculadas por sua propaganda política.

Por todas essas coisas, me furtarei a tratar o Jornal Boa Vista como um simples veículo de imposição de ideias, estabelecendo uma relação direta de causa e efeito entre sua forma de abordar os anos de 1970 e determinada memória roraimense sobre o Regime Militar, inclusive porque é impossível abranger, dadas as limitações desse estudo, as diferentes formas de recepção do JBV no conjunto da sociedade roraimense.

O estudo demonstra, entretanto, que esse jornal teve grande importância na composição de uma comunidade de sentido em relação aos fatos dos anos de 1970 em Roraima, compondo o que pode ser tratado como memória positiva hegemônica sobre a ditadura civil-militar. Dessa comunidade de sentido fazem parte, de modo destacado, os elementos do grupo social que, aliado direta ou indiretamente aos militares, produziu e consumiu as informações presentes naquele veículo de comunicação.

Expresso sob uma ótica muito peculiar, ou seja, à maneira do próprio governo territorial, o cotidiano de Roraima ficou documentado em um jornal que reforça e perpetua determinada memória que se tem sobre o período. Registrando que todos estavam envolvidos na “vertiginosa carreira rumo ao progresso” que vinha “desenvolvendo o Território de Roraima” (JBV, 20/11/1973, p.3), o Jornal Boa Vista permanece exposto como material de consulta para estudantes de educação básica em uma biblioteca pública. Eu, que tive livre acesso às edições do jornal, ao analisá-lo nesses termos encerro com uma incômoda sensação: mais interessante que os artigos científicos e os parcos trabalhos sobre o cotidiano de Roraima, o Jornal Boa

Vista segue exercendo, com destaque, seu papel de exaltar as obras militares e silenciar os dissensos sobre o período na memória roraimense.

Recebido em outubro de 2014, aprovado em fevereiro de 2015.

Referências Bibliográficas

IBGE. Tabela dos Censos 1950-2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/tendencia_demografica/tabela01.shtm. Último acesso em janeiro/2014.

FICO, Carlos. Prezada Censura, cartas ao Regime Militar. In: *Topoi - Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, pp. 251-286, set. 2002. Versão eletrônica disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>, último acesso em 07 de abril de 2008.

_____. *Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano, o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

AS PONTES do grande norte. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, p.05, 24 dez.1974.

CIDADE hoje já tem hidrômetro. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, p.12, 26 jan.1975.

DO CARRO pipa ao parque das águas. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, sem paginação, 10 nov.1974.

ESPERANÇAS do homem roraimense residem no PROTERRA. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, p.12, 13 out.1973.

FOLDERES e portfólios contam história. *Revista Diretrizes*. N.1. Ano 2. Boa Vista, RR: Janeiro de 1991. p.24.

IMPLANTADO em Roraima o Programa de Desenvolvimento da Comunidade. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, p.05, 29 mai.1974.

MÉDICIS e as estradas. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, Capa, 15 set.1973.

PONTE do Cotingo liga anel rodoviário da região norte. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, p.12, 20 mar.1976.

REDE hidráulica terá mais 44 quilômetros. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.09, 27 out.1973.

RORAIMA. Programa de Ação do Governo para o Território de Roraima 1975 a 1979. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília: 1975.

RUMO ao progresso. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.3, 20 nov.1973.

SOLUÇÃO do problema fundiário urgente! Imediata! – clama o governador Ramos Pereira. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.05, 27 jul.1974.

XAUD, Jaber. Sociedade. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.10, 04 jun.1977.

XAUD, Jaber. Sociedade. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.11, 16 jun.1975.

XAUD, Jaber. Sociedade. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.13, 12 set.1976.

ZARA Xirly é miss Roraima 77. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.08, 28 mai.1977.